

ENTRETANTOS: PSICOLOGIA EM ALIANÇA COM CORPOS PRECARIZADOS NAS MARGENS URBANAS

LEONARDO, C. dos S. ¹; DA SILVA, D. B. ²; BARROS, J. P. P. ³; SOUSA, I. S. de ⁴; SARAIVA, R. B. ⁵ & GONDIM, G. C. L. F. ⁶

¹Bolsista e graduanda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: myllaleonardo32@gmail.com; ²Extensionista voluntário e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: dalgobarboza92@gmail.com; ³Coordenador de ação extensionista de mesmo nome do artigo. E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com; ⁴Extensionista voluntária e mestranda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ingrid.samapio@gmail.com; ⁵Extensionista voluntário e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: rodrigobezerrasaraiva@gmail.com; ⁶Extensionista voluntária e graduanda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: gabilemos09@gmail.com

Artigo submetido em janeiro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.40169

RESUMO

Objetiva-se relatar experiências do projeto EntreTantos, entre 2017 e 2018, em Fortaleza. Referenciadas nos diálogos da Psicologia Social com estudos pós-estruturalistas e críticos à colonialidade, as ações do projeto intentaram mapear micropolíticas de resistência juvenis e criar espaços de ampliação de problematizações acerca de violências contra jovens nas margens urbanas, a partir de intercessões entre universidade, movimentos sociais e organizações que atuam com juventudes. Metodologicamente, o projeto se

organiza em duas frentes, uma que enfoca a potencialização de redes entre movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil, e outra voltada à criação de rodas de conversações com coletivos e grupos em contextos marginalizados. Os resultados e discussões apontam a participação da equipe extensionista em fóruns e movimentos que pautam segurança pública, prevenção e enfrentamento da violência letal contra segmentos infantojuvenis, bem como expõem a realização de rodas de conversações na região do Jangurussu.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Violências. Movimentos Sociais. Juventudes. Famílias.

ENTRETANTOS: PSYCHOLOGY IN ALLIANCE WITH PRECARED BODIES IN URBAN MARGINS

ABSTRACT

The goal is to report the experiences of the project Entretantos, between 2017 and 2018, in Fortaleza. Referenced in the dialogues of Social Psychology with poststructuralist studies and critics of coloniality, the actions of the project brought micropolitical resistance youth map and create spaces for expansion of problematizations about violence against youth in urban margins from intercession between university, social movements and organizations that work with youth. Methodologically, the project is organized on two fronts, one that focuses on the development of

networks between movements, collectives and civil society organizations, and another aimed at wheels of creation talks with collectives and groups in marginalized contexts. Results and discussions highlight the participation of extensionists in team forums and moves that uphold public security, prevention and tackling of deadly violence against juvenile segments as well as expose the completion of talks on wheels Jangurussu region.

KEYWORDS: Psychology. Violence. Social movements. Youth. Families.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva relatar atividades realizadas entre 2017 e 2018 pelo Projeto de extensão “EntreTantos”, cujo título expressa sua dupla aposta ético-estético-política: 1) tecer

redes de conversações entre universidade, movimentos sociais, organizações e coletivos juvenis voltadas ao mapeamento de micropolíticas de resistência às precarizações da vida de corpos e territórios periféricos de Fortaleza, provocadas por estigmatizações, violações de direitos, violências, silenciamentos e segregações urbanas; 2) produzir contrapontos à gestão necrobiopolítica (BENTO, 2018) das existências juvenis, que ora aniquilam certas juventudes constituídas como indesejáveis, ora inviabilizam que estas ocupem democraticamente os diversos espaços públicos da cidade.

O projeto é ligado ao VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, Programa de extensão cadastrado na Pró Reitoria de Extensão da UFC e vinculado ao Departamento de Psicologia da mesma Universidade. Frente recrudescimento das intolerâncias e à banalização de práticas de eliminação de jovens considerados indignos de vida ou de sua segregação nas margens urbanas, a universidade tem o desafio de construir propostas de ação que ampliem seus diálogos com as vicissitudes do cotidiano de contextos periferizados. Assim, o objetivo do EntreTantos é mapear micropolíticas de resistências juvenis na cidade e potencializar redes e conversações intercessoras entre integrantes da universidade, coletivos juvenis, movimentos sociais, organizações que atuam com juventudes e familiares de jovens vítimas de violência.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL

O projeto ampara-se teoricamente nos estudos em Psicologia Social voltados à discussão sobre processos psicossociais e comportamentos coletivos, em seus diálogos com referências transdisciplinares contemporâneas, tais como Mbembe, Foucault, Deleuze, Guattari e Judith Butler.

A pertinente do projeto se explica pelo contexto de recrudescimento de práticas de sujeição, aviltamentos de direitos e maximização das condições precárias da vida de populações periféricas (BUTLER, 2015, 2018), sobretudo determinados segmentos infantojuvenis negros e pobres, bem como de suas famílias, que têm sido os mais afetados pela perpetuação de colonialidades e desigualdades que interseccionam marcadores de raça, classe, gênero, geração e território (MBEMBE, 2016, LIMA, 2018). Um dos principais exemplos dessa maximização da condição precária das vidas periféricas, em especial de jovens, é a problemática da violência

urbana e estigmatização/criminalização de certos corpos como dispositivo de naturalização/legitimação de uma governamentalidade necrobiopolítica (MBEMBE, 2017, BENTO, 2018, BARROS et al, 2018), a partir de operações de poder que enquadram certas vidas como “vivíveis” e outras como “matáveis”, mediante dispositivos racializantes.

Nesse quadro, o Ceará aparece como o estado brasileiro com maior IHA. Em relação às capitais brasileiras, Fortaleza desponta como a segunda mais violenta do país (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018), além de ser a cidade que apresenta o maior IHA entre as capitais brasileiras (MELO; CANO, 2017) e ter apresentado um crescimento de 91% na vitimização de adolescentes (CCPHA - Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2018).

Por meio de propostas extensionistas com essa, sustenta-se que, frente às práticas de instrumentalização do medo e gestão punitivo-penal da insegurança social, a universidade tem o desafio de construir propostas de ação que ampliem seus diálogos com as diversas práticas de resistência ao extermínio dos populações negras tecidas pelas alianças de corpos e territórios que compartilham da condição de maximização da precariedade da vida, induzida pelas dinâmicas de desigualdade social, de hierarquização racial e violência colonial (BORGES, 2018; BUTLER, 2018).

3 METODOLOGIA DO PROJETO

Do ponto de vista metodológico, o projeto se organiza em duas frentes, cada uma relacionada a um de seus objetivos. Na primeira frente, volta-se à potencialização de redes de articulação da universidade com coletivos juvenis, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam com jovens. Já a segunda envolve a realização de rodas de conversações específicas com coletivos juvenis, movimentos sociais e grupos comunitários com vistas ao desenvolvimento de processos formativos, de apoio psicossocial e cuidado compartilhado em saúde mental que possam fortalecer suas práticas de resistência diante das violências e estigmatizações a que são submetidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Primeira frente: participação e potencialização de articulações de movimentos,

coletivos e organizações em torno do enfrentamento à violência contra jovens

Uma primeira ação desta frente foi a potencialização de articulações com coletivos do Jangurussu. Em 2017, foram realizadas inserções naquela região para acompanhar processos e atividades ligadas ao funcionamento de diversos coletivos juvenis ali atuantes, com ênfase naqueles que ocupavam espaços no Cuca Jangurussu, a fim de discutir sobre suas histórias de luta e resistência, além de suas demandas relativas ao aprofundamento de discussões sobre violência contra jovens.

Integramos um total de 12 encontros com os coletivos Cucaney, Floriféria, Literaturas Periféricas, Fórum de Jovens do Jangurussu, Jangurussu Melhor, INEGRA, Tentalize e Sarau da B1 no primeiro semestre e 8 no segundo, para fins de mapeamento de seus modos de organização e suas ações, bem como para o estabelecimento de trocas de saberes que potencializassem a integração e atuação micropolítica desses coletivos em torno do enfrentamento à violência contra jovens.

Outra ação desta frente consistiu na participação no Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará. Este Fórum é uma articulação de entidades, movimentos, coletivos e pesquisadoras/es com o objetivo de se tornar um espaço de debates, monitoramento, denúncias e formulação de proposições para as políticas públicas de segurança, apresentando-se como uma alternativa ao modelo vigente.

Em 2017, participamos da articulação do Fórum, da feitura da carta de princípios e estivemos presentes em seu lançamento em cerimônia em novembro na Assembleia Legislativa, coordenando dois dos 3 grupos de discussão ocorridos. Os grupos de discussão trataram dos seguintes eixos presentes na carta de princípios: 1) Violência e Racismo Institucional; 2) Política de drogas; 3) Encarceramento em massa; 4) Violência de gênero; 5) Resistências juvenis; 6) Interiorização da violência; 7) Prevenção e enfrentamento ao extermínio de adolescentes e jovens.

Em 2017 e 2018, participamos de diversas atividades de sensibilização e mobilização social na cidade, tais como as edições do Grito dos Excluídos desses anos, ocorridas no mês de setembro, além das V e VI Marchas da Periferia, em novembro de 2017 e 2018, respectivamente, movimento da sociedade civil, coletivos, movimentos sociais e universidade que propôs a defesa da juventude negra periférica que historicamente sofre com a

estigmatização, com práticas higienistas e com processo de extermínio. As marchas citadas representaram uma expressiva forma de resistência também de mães e familiares que lutam para que a morte de seus filhas e suas filhas não sejam esquecidas. A Marcha de 2018 integrou as atividades da I Semana Estadual de Prevenção de Homicídios, que surge em 2018 com o intuito de fazer frente às diversas chacinas que têm sido perpetradas no Ceará e a data da Semana fez alusão direta à Chacina do Curió. Nossa atuação nessa frente do projeto se justifica teoricamente pelo fato de que, de acordo com Butler (2018), a luta por reconhecimento de vidas precarizadas por dinâmicas que distribuem sofrimento de modo desigual, a partir de operações de poder que maximizam a precariedade para uns e minimizam para outros ao mesmo tempo, dá-se pela política do aparecimento. Essa política do “aparecer” é potencializada pelos mais diversos segmentos sociais na busca pela produção de sensibilidades que possam reconhecer a importância de vidas tidas como “desimportantes”, indicando ser necessário reconhecer eticamente a existência dessas alteridades por via de alianças políticas que busquem torná-las “vivíveis” (BUTLER, 2018). Desse modo, temos buscado, com essa frente, estar entre esses tantos e tantas, através de aliançamentos que lutam não só contra a violência, mas por condições dignas e vivíveis de viver, potencializando processos que têm sido produzidos contra essa lógica da vulnerabilização interseccional que faz parte da própria política de precarização das vida como modo de governamentalização necrobiopolítica (BENTO, 2018).

Também seguimos, desde 2017, no conselho consultivo do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, que articula Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Unicef, academia e representantes da sociedade civil na construção de conhecimento e proposição de recomendações e atividades de mobilização social em torno da pauta da prevenção da violência letal.

Ainda concernente a esse primeiro eixo de ação, destacamos nossa participação no Movimento Cada Vida Importa, desde fevereiro de 2018, quando foi criado o Movimento. Trata-se de uma articulação de laboratórios da UFC e de outras instituições de ensino superior do Ceará, contando também com participação de organizações da sociedade civil e entidades como o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA). A composição do movimento envolveu participação em reuniões quinzenais e em seminários públicos, participação em programas de rádio e atos de sensibilização social ao longo do ano

com vistas à tematização da questão da violência contra jovens no Ceará e suas formas de Prevenção e Enfrentamento.

4.2. Segunda Frente: Rodas de Conversações na Região do Jangurussu

Nesta frente, participamos e colaboramos com ações que tratavam de temáticas concernentes à relação entre juventude, violência e resistência, organizadas por coletivos cartografados ao longo de 2017, sobretudo na região do Jangurussu. Foram um total de 8 programações, sendo 4 no primeiro semestre e 5 no segundo. Nessas ações, os extensionistas puderam ampliar a escuta do cotidiano dos jovens no local, organizados em coletivos e movimentos sociais ou não, bem como estabelecer trocas de saberes sobre a realidade da violência contra jovens e estratégias da juventude para seu enfrentamento. Essa escuta era facilitada pela distribuição de fanzines produzidos pelos extensionistas e em ações do projeto a partir de uma linguagem e estética mais próxima do cotidiano destes jovens.

Entre os eventos desenvolvidos nesse período estão Arraiá do Cucaney, Roda de Conversa sobre a temática do Encarceramento Feminino, Quinta dos Morgados, Roda de conversa sobre Redução de Danos no Cuca Jangurussu, Programa da Radio CUCA sobre violência contra a mulher, Abra suas Asas, Marcha da Periferia, Seminário Periferias Insurgentes e “Territórios do Conhecimento: Seminário de Pesquisas Sobre o Grande Jangurussu e a Grande Messejana”.

Outra ação desta frente, desenvolvida em 2018, foi a criação de Rodas de Conversações Semanais com o Grupo de Adolescentes e Jovens “Estrelas do Campo”, na Comunidade Estrela, no Jangurussu. Quanto a isso, foram realizadas visitas à região à Comunidade Estrela para acompanhar processos e atividades ligadas ao funcionamento de um grupo de adolescentes e jovens que tinha por intuito desenvolver um coletivo juvenil. Durante essas visitas, conversamos com os adolescentes e jovens para ouvir mais a respeito de suas ações dentro da comunidade, tecendo reflexões acerca de suas trajetórias de vida e fazendo discussões sobre direitos das juventudes para potencializar esse dispositivo grupal. A partir desse diálogo, surgiu a possibilidade de trabalharmos no fortalecimento do grupo de adolescentes e jovens “Estrelas do Campo”, que se reunia semanalmente para realizar atividades de esportes.

Em parceria com o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) e a ONG Diaconia, foram realizadas 11 rodas de conversas e oficinas com um grupo de adolescentes e jovens denominado Estrelas do Campo. Os temas foram escolhidos pelos próprios participantes, pois as intervenções foram trabalhadas na perspectiva de mapear as demandas do grupo para que pudéssemos contribuir com seu fortalecimento como um coletivo juvenil. Foram trabalhados temas que giravam em torno de “Projetos de vida”, “Estatuto da Juventude” e “Segurança Pública” a partir do debate de letras de músicas, dramatizações, construção de cartazes, produção de desenhos e jogos cooperativos. A composição de cada encontro possibilitava que pensássemos conjuntamente a temática do próximo.

Pensar nas trajetórias e projetos de vida, por exemplo, possibilitou que os adolescentes e jovens refletissem a respeito das diversas dificuldades interpostas em seus cotidianos no tocante a vislumbrarem um futuro na comunidade, como a ausência ou o não acesso às políticas públicas e até mesmo a questão da violência. Desse modo, essas discussões fizeram surgir debates sobre direitos da Juventude, a partir do que foram pensadas rodas de conversas e oficinas nas quais os adolescentes e jovens dialogassem sobre quais eram os direitos garantidos e quais não para aquelas juventudes, pensando a realidade de seu bairro. A maioria dos participantes comentou a ausência de garantia de direito na comunidade, o que corrobora a condição de cidadania escassa (SALES, 2007) a que estão submetidas tais juventudes em contextos periféricos, o que induz maximização da condição precária daquelas vidas nas margens urbanas (BUTLER, 2015).

No encontro sobre “Segurança Pública”, os adolescentes e jovens montaram uma esquete na qual escolheram mostrar como era a abordagem policial em sua comunidade, o que desencadeou uma conversa sobre qual perfil de jovem tem sido parado nas abordagens e acerca do recrudescimento de práticas militarizadas de segurança na comunidade, o que indica como juventudes que interseccionam marcadores raciais, de classe e gênero são (des)subjetivadas como virtualmente criminosas e potencialmente perigosas (COIMBRA, 2001) e alvos precípuos de seletividade punitivo-penal e racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Essa atividade foi emblemática em relação às outras, pois em todas as temáticas surgia espontaneamente alguma fala ou gesto sobre violências institucionais no cotidiano daqueles

jovens. Nos preparativos para uma atividade de jogo cooperativo, alguns participantes chegaram a encenar o modo como eram abordados pela polícia, evidenciando que seria preciso dar visibilidade e dizibilidade com os adolescentes e jovens àquele acontecimento cotidiano num encontro específico, por isso a esquete para fomentar as discussões a respeito de segurança pública.

No segundo semestre, o projeto criou um grupo de apoio psicossocial a mulheres em situação de violação de direitos e violência, a partir da realização de 20 rodas de conversações, com frequência semanal. O grupo se deu em parceria com a ONG Visão Mundial e seu objetivo foi criar e fortalecer um espaço de escuta e fomento de práticas de autocuidado e cuidado compartilhado entre essas mulheres. Os encontros foram construídos em parceria de articuladores sociais da comunidade do Santa Filomena, o que foi primordial para a inserção territorial e o vínculo com as mulheres.

Diante do que nos trouxeram, percebemos que as situações violações de direitos vividas pelas mulheres iam desde a falta de saneamento básico até a perda de seus filhos em decorrência da violência urbana. Algumas também tinha filhos em situação privativa de liberdade e relatavam sofrimentos advindos desta situação. Durante as rodas de conversas pudemos trabalhar mais a respeito das significações de ser mulher dentro daquela comunidade, o reconhecimento de redes de afetos a apoio a quem elas poderiam recorrer em situação de sofrimento, sobre a condição de mulher negra e periférica, bem como sobre práticas de cuidado em saúde. As metodologias usadas a cada encontro enfocavam a potencialização das mulheres do grupo, pois as participantes eram desafiadas a sair de sua rotina de afazeres domésticos e preocupações cotidianas para, além das conversas, produzirem pinturas, desenhos, escritas e danças que trabalhassem tanto as percepções de si quanto os vínculos grupais. Também foram realizados passeios, com o intuito de gerar uma maior democratização do espaço da cidade, uma vez que muitas das mulheres não podiam visitar certos lugares por conta de suas limitações socioeconômicas e dos conflitos territoriais.

O espaço dos encontros se deu fundamental na escola municipal Jornalista José Blanchard Girão da Silva. Alguns momentos do grupo também se deram fora da comunidade, para que as participantes pudessem conhecer outros espaços da cidade de Fortaleza, pois muitas ainda não conheciam espaços como o Parque do Cocó e Dragão do Mar, bem como puderam

visitar a Praia da Beira-Mar. Momentos estes de uma maior democratização do espaço da cidade, uma vez que muitas não podem visitar por conta de suas limitações econômicas e a distância de sua moradia até esses locais.

O trabalho de criação de um grupo foi fundamental para que entendêssemos as implicações psicossociais dessas mortes junto à mães e/ou familiares. Com as rodas de conversa e as oficinas, pudemos notar que as mulheres, no início do grupo, pouco falavam. Isso pode estar relacionado ao tempo que era necessário para criar uma vinculação entre elas que permitisse que suas questões fossem apresentadas. No entanto, ao fazermos avaliações, com elas, sobre o processo grupal, ou, partindo de exposições espontâneas delas, era dito que aquele grupo lhes possibilitava exercitar o ato da fala. Para Kilomba (2010), o silenciamento da mulher negra é uma marca da colonialidade e pode ser metaforizado pela imagem de uma máscara que tapava a boca das escravas. Pudemos, então, produzir uma atenção mais sensível ao que se calava nas experiências daquelas mulheres naquela comunidade e às máscaras que ainda lhes são impostas. Essa reflexão sobre a fala e o silenciamento se torna pertinente porque dizer que o grupo possibilitava a fala se tornou um emblema daqueles encontros. Desse modo, entendemos que a partilha entre as mulheres possibilitou criar um comum que não é dado de antemão (KASTRUP; PASSOS, 2013), um comum em que se pôde negociar sentidos. Ou seja, a partir do momento em que, no grupo, pusemos em discussão o próprio silêncio, buscamos estilhaçar a máscara que, na discussão de Kilomba (2010) era um dos principais instrumentos do projeto colonial, que se atualiza na subalternização de mulheres negras e no aviltamento de seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, buscamos mostrar experiências extensionistas que assinalam como o projeto EntreTantos tem acompanhado coletivos e composto com eles redes de ações e rodas de conversações que produzam planos comuns e novas subjetividades, a partir de trocas entre universidade, em especial o curso de psicologia, com movimentos sociais, coletivos juvenis, organizações da sociedade civil que atuam com juventudes e grupos comunitários em Fortaleza

Com tal projeto, portanto, procuramos fortalecer a problematização da violência urbana envolvendo jovens e contribuir com a criação de dispositivos da invenção de planos de

visibilidade e de dizibilidade de insurgências cotidianas aos assujeitamentos sofridos por quem vive nas margens urbanas da capital cearense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, J. P. P. et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, 9(1), 117-128, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/30781>> Acesso em: 12 Dez. 2018.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

BORGES, D. L; CANO, I. **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA - CCPHA. Cada vida importa: relatório do primeiro semestre de 2017, Fortaleza, 2018. Disponível em:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **12º Anuário de Segurança Pública**. São Paulo: o autor, 2018.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013 .

KILOMBA, G. The Mask. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. **Cadernos de Literatura e tradução**, n. 16, 2016, p. 171-180.

LIMA, F. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cad. de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 04, n. 02, p. 66-82, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte e Ensaios*, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 12 Dez. 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São paulo: Cortez, 2007.